JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano III – Nº 387 – Brasília, sexta-feira, 17 de janeiro de 1997

Aprovado o projeto que facilita doação de órgãos

Após debates com participação de 22 senadores, plenário acolhe substitutivo de Lúcio Alcântara, elaborado a partir de projetos de lei de José Eduardo Dutra, Darcy Ribeiro e Benedita da Silva

Com duas sessões realizadas ontem, o plenário do Senado foi palco de um dia de debates

Todo brasileiro, após a morte, será doador de órgãos, tecidos e partes do corpo para fins de transplante, salvo manifestação de vontade em contrário, conforme projeto aprovado ontem pelo plenário do Senado. A matéria depende agora de apreciação da redação final para ser enviada à sanção do presidente da República. O texto acolhido, após debates de que participaram 22 senadores, foi o substitutivo de Lúcio Alcântara, elaborado a partir de projetos de lei de José Eduardo Dutra, Darcy Ribeiro e Benedita da Silva. **Página 3**

Senado faz a sua reforma e extingue cargos

O Senado aprovou ontem a sua reforma administrativa, destinada a racionalizar e simplificar a sua estrutura organizacional. Elaborada com base em estudos da Fundação Getúlio Vargas e da Assessoria de Modernização do Senado, a reforma extinguirá cerca de 600 cargos comissionados, eliminará uma secretaria e dezenas de serviços e seções. As mudanças possibilitarão uma economia de R$ 662 mil por ano na folha de salários. O presidente do Senado, José Sarney, lembrou que a reforma resultou de dois anos de ampla discussão interna. **Página 5**

XAVANTE PEDE AJUDA A SARNEY

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na manhã de ontem uma delegação de índios xavantes (foto). Liderados pelos caciques Celestino e Juruna, os índios informaram ao senador que estão defendendo a destituição do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Júlio Gaiger.

Os xavantes disseram que Gaiger tem sido insensível no trato das questões indígenas e desprezado os caciques das várias tribos. Por intermédio de um intérprete, o cacique Celestino afirmou que durante a passagem de Sarney pela Presidência da República os índios foram mais assistidos.

O senador José Sarney prometeu encaminhar o pleito dos índios ao ministro da Justiça, Nelson Jobim.

NESTA EDIÇÃO

Discriminação contra negros revolta Benedita

Página 2

Júnia Marise questiona idéia de privatizar florestas

Senadora anunciou que apresentará requerimento para que o ministro do Meio Ambiente preste informações ao plenário sobre estudos existentes em seu ministério visando à privatização de 39 florestas brasileiras.

Página 7

Dutra sugere debate sobre contrato temporário

Líder do PT pondera que projeto causará profundas modificações trabalhistas e deve ser mais discutido. Por isso, defende a retirada do regime de urgência em sua tramitação

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), pediu ontem às lideranças governistas que retirem o requerimento de urgência para a tramitação do projeto sobre contrato temporário de trabalho, já aprovado pela Câmara dos Deputados. Dutra argumentou que a matéria, além de complexa, causará profundas alterações na legislação trabalhista do País e, acentuou, por isso mesmo precisa ser debatida com profundidade.

- Não há dúvida de que o projeto é extremamente polêmico e não pode e nem deve ser apreciado sem que seja ampla e exaustivamente debatido - acrescentou.

Salientando que estaria havendo um movimento no Senado para que a matéria seja votada pela Casa na próxima semana, José Eduardo Dutra anunciou ter encaminhado requerimento ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Beni Veras (PSDB-CE), propondo a realização de audiência pública, no âmbito da comissão, com

José Eduardo Dutra

diversas personalidades para debater o projeto.

Conforme a proposta do líder petista, o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, os professores Paul Singer, da Universidade de São Paulo (USP), e Edward Amadeo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), seriam os primeiros convidados pela comissão, que debateria o assunto ainda com o economista Carlindo Oliveira, diretor-técnico do Dieese de Minas Gerais, e o professor Ulysses Riedel, diretor-técnico do Diap.

A audiência pública sugerida pelo senador deverá contar também com a presença dos representantes de cada uma das confederações sindicais patronais e de trabalhadores, e um representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Benedita protesta contra discriminação

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) protestou ontem contra o tratamento dado à brasileira Adriana Müller por funcionários do Hotel Intercontinental, no Rio de Janeiro. De acordo com a senadora, Adriana, esposa de Fritz Müller, diretor do Suisse International Bank, foi confundida e tratada como uma garota de programa por ser uma mulher negra.

Benedita da Silva

Esse tipo de situação, no entendimento da senadora, ocorre com freqüência no Brasil, sobretudo em estabelecimentos mais sofisticados, que demonstram um tratamento discriminatório até mesmo quando "uma mulher ou homem negro exibem seus cheques".

Segundo Benedita, Adriana não portava consigo o cartão de hóspede do hotel e foi proibida de entrar, mesmo depois de afirmar que era casada há seis anos com o estrangeiro. Ela só conseguiu ingressar no hotel após a intervenção do marido que, por não falar português, assistia à discussão, sem nada entender.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Terça-feira (21.01.97)
14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: o primeiro dia de discussão da ***PEC nº 54/95**, que dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 102 da Constituição federal, que trata do efeito vinculante.
Quarta-feira (22.01.97)
14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: o segundo dia de discussão da ***PEC nº 54/95**.
Quinta-feira (23.01.97)
14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: Terceiro dia de discussão da ***PEC nº 54/95.**
Sexta-feira (24.01.97)
9h - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: Quarto dia de discussão da ***PEC nº 54/95.**

COMISSÕES

Terça-feira (21.01.97)
11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.507-15/97, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho*
11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.508-13/97, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para a venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial
Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*
11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.511-6/97, que dá nova redação aos art. 44 da Lei nº 4.771/65, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste
Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho*
Quarta-feira (22.01.97)
10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.522-3/97, que altera dispositivos das Leis nºs 8.112/90, 8.460/92 e 2.180/54
Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho*
11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.524-3/97, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional
Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho*
11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.565/97, que altera a legislação que rege o salário-educação
Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

Com a participação da maioria dos senadores no debate, o plenário examinou exaustivamente o substitutivo de Lúcio Alcântara

Plenário aprova doação presumida de órgãos

Pela proposta a ser encaminhada à sanção presidencial, só não será doador quem registrar essa opção em sua Carteira de Identidade Civil e na Carteira Nacional de Habilitação

Por 43 votos a 21, o plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei estabelecendo que todo brasileiro é doador de órgãos, tecidos e partes do corpo para fins de transplante e tratamento, após a morte, salvo manifestação de vontade em contrário. Não estão compreendidos, entre os tecidos, o sangue, o esperma e o óvulo. A matéria depende agora da apreciação da redação final, para ser enviada à sanção.

O texto acolhido pelos senadores, que institui a doação presumida, foi o substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elaborado a partir de projetos de lei dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Darcy Ribeiro (PDT-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ).

De acordo com o projeto aprovado, quem não quiser doar seus órgãos deve registrar essa opção em sua Carteira de Identidade Civil e na Carteira Nacional de Habilitação. A expressão "não-doador de órgãos e tecidos" deverá ser gravada de forma indelével e inviolável nesses documentos. Essa gravação será obrigatória, em todo o território nacional, a todos os órgãos de identificação civil e departamentos de trânsito, após trinta dias da publicação da lei.

A manifestação de vontade poderá ser reformulada a qualquer momento, registrando-se, no documento, a nova declaração. No caso de dois ou mais documentos legalmente válidos com opções diferentes, prevalecerá o que tiver sido emitido mais recentemente.

Pelo projeto, a remoção *post mortem* de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa juridicamente incapaz poderá ser feita desde que permitida expressamente pelos pais ou por seus responsáveis legais. É vedada a remoção *post mortem* de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoas não identificadas. O projeto estabelece ainda que, após a retirada de partes do corpo, o cadáver será condignamente recomposto e entregue aos parentes do morto ou seus responsáveis legais para sepultamento.

Hospitais terão de cumprir exigências

O substitutivo de Lúcio Alcântara, aprovado pelos senadores, dispõe que transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano só poderão ser realizados por estabelecimento de saúde público ou privado, e por equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante previamente autorizados pelo órgão de gestão nacional do Sistema Único de Saúde. E as instituições enviarão um relatório contendo os nomes dos pacientes receptores ao órgão gestor estadual do Sistema Único de Saúde.

O projeto prevê também que a retirada *post mortem* de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina. Admite-se a presença de médico de confiança da família do falecido no ato da comprovação e atestação da morte encefálica.

Lúcio Alcântara

O texto permite à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de órgãos, tecidos ou partes do próprio corpo vivo para fins de transplante ou terapêuticos (essa permissão limita-se à doação entre cônjuges, pais e filhos e irmãos, salvo prévia autorização judicial). A permissão, no caso, só ocorre quando se tratar de órgãos duplos, de partes de órgãos, tecidos ou partes do corpo cuja retirada não crie danos ao doador e corresponda a uma necessidade terapêutica comprovadamente indispensável à pessoa receptora.

A matéria foi exaustivamente examinada pelo plenário, com a participação, no debate, de 22 senadores.

Lauro: Só banqueiro tem acesso à terra

Senador critica a omissão do governo quanto à reforma fundiária e denuncia que apenas 11% dos recursos orçamentários destinados a este fim foram utilizados no ano passado

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem que o governo federal aplicou, em 1996, apenas 11% dos recursos orçamentários destinados à reforma agrária, mantendo ociosos os restantes 89%. Para o senador, o "crime" está nessa omissão e não nas contravenções e comportamento social divergente dos trabalhadores rurais sem-terra.

Lauro Campos

Há "muita fala e conversa por parte do governo", observou Lauro Campos, para quem a única atitude efetiva é "a manutenção de uma reforma agrária que já foi feita, aquela que distribuiu vastas extensões de terra a banqueiros e empresários". Segundo ele, excetuando as experiências de reforma agrária do início do século, que trouxe imigrantes para as regiões Sul e Sudeste, "o governo jamais providenciou o acesso à terra aos trabalhadores".

Depois de salientar que as tevês agora passaram a mostrar o fracasso dos que tiveram acesso à terra, Lauro Campos questionou: "Se até o megaempresário Olacyr de Moraes está em dificuldades, por que os trabalhadores deveriam obter vitórias e se transformarem em fazendeiros bem-sucedidos?"

Patrocínio conclama governo a dar solução para o problema das invasões

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse ontem que há um intenso movimento de invasões de terras em Tocantins. Ele informou que sua fazenda, situada em Vanderlândia, no norte do estado, também foi invadida. Patrocínio comentou que o problema das invasões de terras foi o tema do encontro que ele e outros senadores tiveram com o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e autoridades do Incra.

Carlos Patrocínio afirmou que a situação em sua fazenda está muito difícil.

- Mandei para lá empregados, que foram impedidos de entrar. A porteira está toda tomada por membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - afirmou. - Esse Congresso tem dado apoio irrestrito à implementação de medidas para apressar a reforma agrária. Penso que as leis do País e a Constituição têm que ser cumpridas.

Patrocínio lembrou que, no final do ano passado, o Senado aprovou medidas instituindo o rito sumário para os processos de desapropriação, aumentou, consideravelmente, o ITR sobre terras improdutivas e adotou outras medidas para que a reforma agrária saísse do papel. Por essas razões, ele disse que não considera compreensível a ação dos trabalhadores sem-terra.

Carlos Patrocínio

Segundo o senador, fazendas que são modelos de produção estão sendo invadidas em todo o País, como a do senador José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR), situada no Pará. Ele destacou que o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que também é fazendeiro em Tocantins, já recebeu a notícia de que sua fazenda será, igualmente, invadida.

Patrocínio reconheceu que, historicamente, os governos no Brasil se têm mostrado impotentes para fazer reforma agrária, mas ele acha que o presidente da República está demorando demais a tomar uma atitude concreta. Em sua opinião, o Presidente tem o maior interesse em resolver o problema, "mas está se perdendo no objetivo de impedir as invasões".

- Estaremos sempre do lado de quem precisa de um pedaço de terra para plantar, mas não podemos jamais nos calar diante da ameaça de anarquia. Temos que fazer as leis e conclamo o presidente da República a tomar as providências necessárias e imediatas - afirmou ainda o senador.

Em aparte, José Alves (PFL-SE) ressaltou que a preocupação com os conflitos de terra está dominando o Brasil. "Têm acontecido invasões desordenadas em terras produtivas, e esta Casa, que votou tantas medidas importantes para a reforma agrária, não tem tido uma resposta condizente com o respeito ao direito de propriedade."

Também em aparte, Francisco Escórcio (PFL-MA) observou que, se os invasores do MST tentarem chegar à fazenda do presidente da República, lá encontrarão forças do Exército. Referindo-se aos senadores que tiveram terras invadidas, afirmou: "Como os senhores não têm o Exército para cuidar do seu patrimônio, têm que contratar jagunços. Assim como está, daqui a pouco teremos também invasões urbanas, pois não há mais respeito ao direito de propriedade".

Ney Suassuna

Ney Suassuna cobra verbas para obra contra seca

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que o projeto de transposição de águas do rio São Francisco deve ter o seu processo acelerado para atender às necessidades do Nordeste a partir do ano que vem, quando, segundo advertiu, está prevista uma estiagem prolongada.

Depois de cobrar a liberação das dotações orçamentárias destinadas àquela obra, Suassuna disse que a Paraíba será um dos estados mais afetados pela seca que se aproxima e "não terá condições de prover sua população sequer de água potável", caso não se concretize a transposição.

Senado aprova sua reforma administrativa

Modernização, que reduz em R$ 662 mil os gastos anuais com pessoal, é resultado de dois anos de discussão interna e conta com assessoramento da Fundação Getúlio Vargas

Mudança extingue 600 cargos comissionados

A reforma administrativa do Senado, aprovada ontem pelo plenário, extinguirá cerca de 600 cargos comissionados, eliminará uma secretaria e dezenas de serviços e seções. Vários órgãos serão aglutinados e se criará uma área de informações, com especialistas capazes de analisar até mesmo o impacto financeiro de um projeto ou uma medida provisória. A reforma não cria nenhum novo cargo no Senado e possibilita a economia de R$ 662 mil por ano na folha de salários.

O projeto da reforma administrativa faz parte do plano de modernização do Senado, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, que trabalhou nos últimos dois anos com uma Assessoria Especial de Modernização do Senado. A resolução aprovada ontem cria o Instituto Legislativo Brasileiro em substituição ao Centro de Seleção e Treinamento do Senado (Cedesen) e dos órgãos de treinamento do Centro Gráfico do Senado (Cegraf) e do Centro de Processamento de Dados (Prodasen). Só essa mudança eliminará 42 funções comissionadas. O novo instituto treinará não apenas servidores do Senado, mas de assembléias legislativas estaduais e parlamentos da América Latina. Para isso, receberá recursos a fundo perdido do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e das Nações Unidas.

Projeto transforma Cegraf em secretaria, além de criar Plano de Edificação e Obras

A proposta transforma o Cegraf em uma secretaria do Senado, com o nome de Secretaria de Editoração e Publicações. Essa nova secretaria absorverá também duas subsecretarias - a de Edições Técnicas e a de Análise. A mudança permitirá que 75% dos servidores da Gráfica sejam treinados e transferidos para o Senado, com o mesmo salário, nos próximos quatro anos, ocupando cargos de pessoas que vêm se aposentando. O Cegraf está liberando esse pessoal por causa da sua automação, devendo trabalhar no máximo com 300 servidores.

A resolução cria o Plano de Edificação e Obras, que terá de ser aprovado anualmente pelo plenário. Assim, qualquer obra, inclusive nos apartamentos funcionais dos senadores, terá de receber autorização do plenário, função até então exercida pelo primeiro secretário da Mesa. Esse plano foi proposto em emenda pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou emenda, aprovada pelo plenário, determinando a padronização de todos os gabinetes dos senadores e de todas as publicações.

Setor de informações é fortalecido

A reforma administrativa racionaliza e simplifica a estrutura de organização do Senado e reforça algumas áreas de trabalho, em especial o setor de informações. Será criado um sistema de informações, onde os senadores terão respostas com rapidez a indagações sobre propostas do governo, impacto de projetos ou de medidas provisórias e legislações correlatas existentes no mundo. O sistema de informações estará disponível *on line* para gabinetes e imprensa e será abastecido por especialistas da Casa. Com o reforço dessa área de informações, os senadores terão um novo instrumento para fiscalizar as atividades do Executivo.

Com a mudança, haverá uma racionalização de rotinas, procedimentos e processos, trazendo maior funcionalidade ao Senado. Serão eliminadas duplicidades e até triplicidades de funções, desempenhadas por diferentes órgãos da Casa. A reforma administrativa estabelece condições para uma maior profissionalização administrativa do Senado.

Calheiros

O plenário do Senado aprovou ontem o projeto de resolução de autoria da Comissão Diretora que institui a reforma administrativa do Senado Federal. A deliberação sobre as emendas destacadas para votação em separado foi marcada para a próxima terça-feira (dia 21). Relatado em plenário pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o projeto de resolução representará uma redução de gastos com pessoal da ordem de R$ 662.107,84 ao ano.

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a reforma administrativa aprovada integra o projeto de modernização da Casa. Ele lembrou que, ao tomar posse na presidência do Senado, assumiu o compromisso de promover reformas na estrutura administrativa capazes de garantir melhores condições de atuação dos senadores.

Tanto Sarney quanto o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que proferiu parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania favorável ao projeto, destacaram que a reforma do Regulamento Administrativo do Senado resultou de dois anos de ampla discussão interna. A Fundação Getúlio Vargas, contratada como consultora externa, em articulação com a Assessoria Especial de Modernização do Senado, promoveu dois *workshops* com diretores e chefes de gabinete, além de fazer visitas permanentes aos diferentes órgãos para a elaboração de um diagnóstico e formulação de suas sugestões.

Freire defende projeto sobre manicômio

Senador pede apoio a proposta que regulamenta internação psiquiátrica compulsória e incentiva a substituição de clínicas de saúde mental por outras modalidades

O senador Roberto Freire (PPS-PE) pediu ontem o apoio dos senadores a projeto oriundo da Câmara dos Deputados que, além de regulamentar a internação psiquiátrica compulsória, proíbe a construção de novos manicômios, a contratação ou financiamento pelo setor governamental de novos leitos em clínicas de saúde mental, e incentiva a substituição desse tipo de assistência por outras modalidades.

Roberto Freire

Neste sentido, o líder do PPS encaminhou requerimento à Mesa, solicitando a inclusão do projeto, que é de autoria do deputado Paulo Delgado, na Ordem do Dia. A matéria encontra-se em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS).

Ao destacar a importância do tema, Freire lembrou que o projeto arrasta-se desde 1991 no Congresso e, caso não seja examinado pelo plenário, poderá repetir-se aqui o que aconteceu na Itália, "quando, depois de 18 anos de tramitação legislativa, proposição similar a essa foi colocada em prática naquele país".

De acordo com o projeto, as administrações regionais de saúde (secretarias estaduais e municipais) estabelecerão a planificação necessária para instalação e funcionamento de recursos não-manicomiais de atendimento, criação de unidades psiquiátricas em hospital-geral, hospital-dia, hospital-noite, centros de atenção, centros de convivência, pensões e outros meios alternativos para os pacientes mentais.

Valadares se diz perplexo com decisão do Supremo sobre CPI dos Bancos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem que todas as comissões parlamentares de inquérito instituídas a partir de 1988 não continham previsão de despesas nos requerimentos que solicitaram a sua criação, critério em que se fundamentou o Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir, em dezembro passado, pelo não-acolhimento de mandado de segurança contra decisão do plenário do Senado que arquivou a CPI dos Bancos.

Autor do requerimento da CPI dos Bancos e do mandado de segurança, juntamente com outros senadores, Antonio Carlos Valadares observou que não contesta a decisão do STF, mas que a medida o deixou perplexo. Lembrou que as CPIs do Caso PC e do Orçamento, à semelhança da CPI dos Bancos, também não continham previsão de despesas nos requerimentos que as viabilizaram, conforme pesquisa por ele realizada.

Valadares destacou como ponto positivo o fato de o STF ter admitido que as decisões tomadas pelos plenários da Câmara e do Senado podem ser contestadas via mandado de segurança, caso elas impliquem violação de um direito público. Para o senador, o STF admitiu que deve se manifestar nesses casos sem que tal atitude implique violar o princípio da independência dos poderes.

Antonio Carlos Valadares

Em aparte, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou compartilhar a mesma perplexidade de Valadares em relação à decisão do STF. "As tantas CPIs que já foram realizadas sem cumprir a formalidade de incluir a previsão de despesas não teriam sido válidas?", perguntou Amin.

Emília Fernandes

Emília exalta memória do filho de Vargas

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) manifestou ontem seu pesar pelo falecimento de Manuel Antonio Vargas, último filho do ex-presidente Getúlio Vargas. Ela disse que se associava "ao sentimento de todo o povo brasileiro e particularmente do povo do Rio Grande do Sul".

O gesto de Maneco, como era conhecido, que teria se suicidado com um tiro no coração, refletiu uma "atitude de coragem e de determinação para pôr fim à vida", disse a senadora.

Após lembrar que Maneco foi vice-prefeito de Porto Alegre e prefeito em exercício por oito meses, Emília Fernandes pediu, conforme requerimento subscrito também pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que o Senado Federal enviasse votos de condolências à família e ao estado do Rio Grande do Sul.

Júlio Campos

Júlio Campos pede medidas contra maus comerciantes

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu ontem às autoridades econômicas, ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público da União a adoção de providências para conter os abusos que vêm sendo cometidos contra consumidores por maus comerciantes que "exploram a boa-fé, o pouco conhecimento e as dificuldades pessoais da grande maioria da população brasileira".

A forma de exploração mais freqüente, na opinião do senador, é o "engodo das elevadas taxas de juros", quando pessoas mais simples e humildes, "que não conhecem matemática financeira", fazem suas compras, atraídas por propagandas enganosas e falsos "bons planos de pagamento".

- No Brasil de hoje, os pobres são quase que obrigados a comprar as piores mercadorias, muitas vezes por preços mais altos que os existentes em lojas dos bairros ricos, nas piores condições de financiamento, de garantia, de controle de qualidade, de prazo de entrega, de serviços de manutenção, de assistência técnica e de informações necessárias ao bom funcionamento e utilização dessas mercadorias - garantiu o senador.

Para Júlio Campos, é inacreditável que as taxas de juros cobradas por determinados estabelecimentos comerciais cheguem a atingir "a cifra estratosférica de 580% ao ano", conforme denúncia do jornal *Folha de S. Paulo*. "Isso representa um verdadeiro escândalo nacional, inadmissível num país com um mínimo grau de civilização", afirmou.

Júnia propõe convocar Krause para explicar a privatização de florestas

Assunto foi noticiado pelo Jornal do Brasil. *Senadora considera que Congresso não pode ficar alheio a essa intenção atribuída ao governo*

Júnia Marise

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) anunciou ontem que apresentará requerimento de convocação do ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Gustavo Krause, para que preste informações ao plenário sobre os estudos técnicos existentes em seu ministério visando à privatização de 39 florestas brasileiras. O assunto foi noticiado pelo *Jornal do Brasil* do último dia 15.

Entre as florestas, segundo a matéria citada pela senadora, está a de Tefé, com 1,5 milhão de hectares, 210 espécies de árvores diferentes e entre 300 e 350 espécies de aves e macacos por hectare. Júnia Marise disse que o Congresso Nacional não pode ficar afastado do debate sobre a anunciada intenção do governo de privatizar as florestas.

"É necessário que tenhamos informações para que haja transparência", acentuou Júnia Marise, acrescentando: "Parece que o Ministério do Meio Ambiente já está com estudos avançados, querendo propor ao presidente da República uma decisão imediata sobre a questão".

VALE DO RIO DOCE

Júnia Marise voltou a condenar a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Ela referiu-se a informação "divulgada na imprensa nacional" sobre executivos americanos de bancos de investimentos que não acreditam na hipótese de a descoberta de mais uma jazida de ouro levar o Brasil a desistir da privatização da empresa. A senadora disse que há interesses internacionais que "estão de olho" no grande patrimônio brasileiro e observou ser preciso agir com responsabilidade numa questão que diz respeito ao interesse nacional.

- A Vale não é uma propriedade pessoal de nenhum governante do País, mas de 150 milhões de brasileiros. Essas novas descobertas, que certamente valorizam o patrimônio da Vale, demonstram que há riquezas no subsolo brasileiro que ainda não afloraram - frisou.

Júnia elogiou a competência, a seriedade e o trabalho dos técnicos e da direção da Vale, que "vêm demonstrando a importância de uma empresa estatal que se coloca hoje como a maior mineradora do mundo".

Escórcio critica venda da Vale do Rio Doce

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) manifestou ontem sua opinião contrária à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, lembrando a descoberta de mais uma jazida de ouro na Serra Leste, no Pará.

- Como fica a privatização? O governo insiste em privatizar, e nós sabemos que tem mais ouro na região. Vamos entregar isso de mão beijada? Podemos entregar as riquezas do Brasil? - questionou.

Francisco Escórcio acrescentou discordar da privatização da estatal porque sabe "o que vale a Vale para o Brasil".

Francisco Escórcio

Lampreia esclarece Senado sobre seqüestro no Peru

Ministro das Relações Exteriores diz que o embaixador brasileiro, ao ser libertado pelos militantes do Tupac Amaru, cumpriu estritamente o que lhe foi pedido pelos seqüestradores

O ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, informou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal que em nenhum momento o embaixador do Brasil no Peru, Carlos Luís Coutinho Perez, na sua condição de ex-refém, foi instado, convidado ou instruído a negociar o que quer que fosse entre o governo peruano e os responsáveis pelo seqüestro de diversas autoridades naquele país.

Em correspondência enviada ao presidente da comissão, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Lampreia explicou que, ao ser libertado pelos militantes do grupo Tupac Amaru, o embaixador cumpriu estritamente o que lhe foi pedido pelos seqüestradores, fazendo remessa de mensagem às autoridades peruanas e encontrando-se com o ministro da Educação, Domingo Palermo, designado especialmente pelo presidente Fujimori como interlocutor do governo peruano no episódio.

O chanceler brasileiro esclareceu também que, se o embaixador utilizou-se da expressão "negociar" no momento em que foi liberado, esse uso foi impreciso e oportunamente corrigido pelo próprio embaixador e por fontes oficiais do Itamaraty. Segundo a carta, deve-se creditar a imprecisão às próprias circunstâncias em que foram feitas as declarações iniciais, no momento mesmo em que ocorria a libertação após vários dias de tenso cativeiro.

Presidida por Antonio Carlos, a CRE ouviu também Sardenberg (E)

Para Lampreia, é importante que fique claro que "em nenhum momento tampouco o governo brasileiro foi convidado ou instado a participar de qualquer negociação, bons ofícios ou mediação". Ele enfatiza que o próprio presidente Fujimori disse ao presidente Fernando Henrique que o governo do Peru não negociaria e não aceitaria qualquer mediação com os terroristas, reconhecendo apenas o papel de intermediário da Cruz Vermelha Internacional.

O presidente da CRE distribuiu a resposta do ministro das Relações Exteriores aos membros da comissão, pouco antes da exposição feita pelo secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ronaldo Sardenberg, sobre a reunião a nível ministerial do grupo "Amigos do Líbano", realizada em Washington, em dezembro passado.

Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou requerimento ao final da reunião, solicitando o comparecimento do ministro Luís Felipe Lampreia ao Senado, para prestar maiores informações sobre o seqüestro ocorrido em Lima e que já está em seu vigésimo nono dia. O requerimento será votado na próxima reunião da CRE, que deverá ocorrer na quinta-feira, dia 23.

ACORDOS INTERNACIONAIS

Na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional foram ainda aprovados seis projetos de acordos internacionais: Acordo-Quadro de Cooperação entre o Brasil e a França; Acordo de Seguridade Social, celebrado entre o Brasil e a Itália; Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Brasil e a Argentina; Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, entre o Brasil e o Canadá; Acordo-Quadro sobre Cooperação, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, entre o Brasil e a Alemanha, e Acordo sobre Cooperação em Matéria de Quarentena e Saúde Animal, celebrado entre o Brasil e a República Popular da China. Todas as matérias receberam parecer favorável dos seus respectivos relatores e agora serão apreciadas em plenário.

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, VALMIR CAMPELO, NEY SUASSUNA E ROMEU TUMA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney - **1º Vice-Presidente:** Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos - **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros - **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim
Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Ney Suassuna

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet – http://www.senado.gov.br

*O **Jornal do Senado** é distribuído também nos vôos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília*

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º andar, CEP 70165-920 - Telefone: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios
Coordenador de Jornalismo – Flávio de Mattos
Chefe do Serviço de Imprensa – José do Carmo Andrade
Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sergio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento
Revisão – Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal